

EMENDA AGLUTINATIVA AO PROJETO DE LEI DE  
CONVERSÃO Nº 09 DE 2013, DECORRENTE DA MEDIDA  
PROVISÓRIA Nº 595/2012

Nº 9

Dispõe sobre a exploração direta e indireta, pela  
União, de portos e instalações portuárias e sobre as  
atividades desempenhadas pelos operadores  
portuários, e dá outras providências.

Aglutine-se com o texto dos artigos **2º, 6º, 57, e 62** e demais dispositivos  
do PLV Nº 09/2013 as emendas nºs **89, 231, 344, 508, e 576**, apresentadas à  
Medida Provisória nº 595/2012 para fins de aprovação de todas as alterações  
propostas por esta emenda aglutinativa, mantendo-se, no que couber, o texto  
do Projeto de Lei de Conversão nº 09/2013, aprovado na Comissão Mista:

**O CONGRESSO NACIONAL** decreta:

.....

“Art. 2º .....

.....

II – área do porto organizado: área delimitada por ato do Poder Executivo, que  
compreende as instalações portuárias e a infraestrutura de proteção e de  
acesso ao porto organizado. **As linhas poligonais que delimitam o porto  
organizado poderão ser ampliadas e justificado o interesse público com  
prévia audiência pública organizada.**

.....”

.....

“Art. 6º .....

.....

§ 2º Compete à ANTAQ, com base nas diretrizes do poder concedente,  
realizar os procedimentos licitatórios de que trata este artigo, **sendo-lhe  
facultada sua delegação à administração do porto organizado.**

ag.  
d

(cont emenda substituinte nº 3)

§ 3º Os editais das licitações de que trata este artigo serão elaborados pela ANTAQ ou pela administração do porto organizado, observadas as diretrizes do poder concedente e o disposto no parágrafo anterior.

“Art. 57. ....”

§ 4º A prorrogação dos contratos referidos no *caput* ocorrerá, por uma única vez e pelo prazo máximo previsto em contrato, desde que o arrendatário promova os investimentos necessários para a expansão e modernização das instalações portuárias.”

“Art. 62. ....”

§ 1º Para dirimir litígios relativos aos débitos a que se refere o *caput*, poderá ser utilizada a arbitragem, independentemente de já estabelecido o litígio judicial ou administrativo, nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996.

Art. X. O Poder Executivo deverá, encaminhar ao Congresso Nacional, até o último dia útil do mês de março de cada ano, relatório detalhado sobre a implementação das iniciativas tomadas com base nesta Lei, incluindo, pelo menos, as seguintes informações:

- a) relação dos contratos de arrendamento e concessão em vigor até 31 de dezembro do ano anterior, por porto organizado, indicando data dos contratos, empresa detentora, objeto detalhado, área, prazo de vigência, situação de adimplemento com relação as cláusulas contratuais;
- b) relação das instalações portuárias exploradas mediante autorizações em vigor até 31 de dezembro do ano anterior, segundo a localização, se dentro ou fora do porto organizado, indicando data da autorização, empresa detentora, objeto detalhado, área, prazo de vigência, situação de adimplemento com relação as cláusulas dos termos de adesão e autorização;
- c) relação dos contratos licitados no anterior com base no disposto no art. 56 desta Lei, por porto organizado, indicando data do contrato, modalidade da licitação, empresa detentora, objeto, área, prazo de vigência, valor dos investimentos realizados e previstos nos contratos de concessão ou arrendamento;

(Cont emenda Aflatoxina nº 09)

- d) relação dos termos de autorização e os contratos de adesão adaptados no ano anterior, com base no disposto nos arts. 58 e 59 desta Lei, indicando data do contrato de autorização, empresa detentora, objeto, área, prazo de vigência; valor dos investimentos realizados e previstos nos termos de adesão e autorização;
  - e) relação das instalações portuárias operadas no ano anterior com base no previsto no art. 7º desta Lei, indicando empresa concessionária, empresa que utiliza efetivamente a instalação portuária, motivo e justificativa da utilização por interessado não detentor do arrendamento ou concessão, prazo de utilização.
- .....

Sala das Sessões, em

0 - 11 01 / 11  
ARNALDO JARDIM



